



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS CAXIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA**

NAYSE FERNANDA ALVES LOPES

**O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA FORMAÇÃO DOS
ALUNOS COMO CIDADÃOS CONSCIENTES E CRÍTICOS**

CAXIAS – MA

2024



NAYSE FERNANDA ALVES LOPES

**O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA FORMAÇÃO DOS
ALUNOS COMO CIDADÃOS CONSCIENTES E CRÍTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras
Licenciatura em Língua Portuguesa da
Universidade Estadual do Maranhão para
o grau de licenciatura em Letras
Licenciatura em Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Ma. Cláudia Maria
Magalhães Motta

L864p Lopes, Nayse Fernanda Alves

O papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) na formação dos alunos como cidadãos conscientes e críticos / Nayse Fernanda Alves Lopes. __ Caxias: Campus Caxias, 2024.

52f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Ma. Cláudia Maria Magalhães Motta.

Projeto Político Pedagógico. 2. Formação. 3. Senso crítico. 4. Alunos. I. Título.

CDU 37.014.542

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

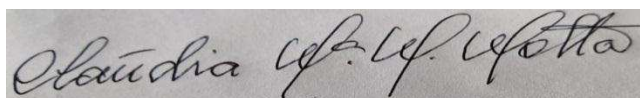
NAYSE FERNANDA ALVES LOPES

**O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA FORMAÇÃO DOS
ALUNOS COMO CIDADÃOS CONSCIENTES E CRÍTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras
Licenciatura em Língua Portuguesa da
Universidade Estadual do Maranhão para
o grau de licenciatura em Letras
Licenciatura em Língua Portuguesa.

Aprovada em: 20 / 08 / 2024

BANCA EXAMINADORA




Profa. Ma. Cláudia Maria Magalhães Motta (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão



Profa. Dra. Marinalva Aguiar Teixeira Rocha

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Mestrando Max Mateus Moura da Silva

Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, quero agradecer a Deus, que me sustenta diariamente e tornou esse momento possível.

Seu amor se manifesta na força e na determinação que fizeram morada dentro de mim, apesar de todas as dificuldades superadas ao longo da minha vida.

Se hoje estou aqui e tenho a possibilidade de realizar sonhos, é porque Ele permitiu e me deu esse presente!

Quero agradecer aos meus pais, Antônio e Nadja, pelo apoio e o suporte financeiro oferecido durante toda a graduação, espero um dia poder retribuir em forma de orgulho.

Sou filha do coração de um borracheiro que hoje vive uma vida confortável graças ao esforço do seu trabalho, mas que precisou vender picolé na infância para ter o que comer e o que vestir. E de uma mulher que aos 15 anos e sozinha, deu a vida a uma criança com deficiência.

Amo meus pais e sou grata por tudo!

Agradeço ao meu namorado, Naftali Moraes, que há dois anos me dedica amor, carinho, compreensão e cuidados.

De longe a pessoa que mais me ajudou durante os últimos anos de curso porque viu potencial em mim. Me auxiliou incansavelmente durante os estágios, me ensinou coisas que eu não sabia e acreditou na minha capacidade!

Sei que tenho um grande homem ao meu lado. Que me respeita, valoriza e me aceita do jeito que eu sou.

O mais importante: me ama! E eu, o amo também.

Espero um dia ser tão brilhante ser humano e profissional quanto ele é.

Agradecer à minha orientadora, a querida Profa. Ma. Claudia Maria Magalhães Motta.

Pelas orientações prestadas, pelo apoio, pelas conversas, pelas ideias, pelo carinho e pela amizade que construímos ao longo dessa jornada.

Sua história de vida é inspiradora! Ela venceu através dos estudos, eu a admiro e sempre falo isso a todos.

Às amigas que fiz aqui: Maria Eduarda, Fabiane, Iohanna e Antonia Darque. Gostaria de expressar minha gratidão pelo companheirismo e apoio que vocês me ofereceram durante a graduação.

Cada momento, conquista ou desafio que compartilhamos tornou esse momento possível. Obrigada por cada conversa, por cada ajuda e pelas risadas também. Ter vocês comigo me deu forças e tornou esses anos mais leves.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Marinalva Aguiar pelo grande profissionalismo e pelas orientações impecáveis na disciplina de Produção Acadêmico Científico, essenciais para a construção deste trabalho, e também à Profa. Dra. Maria do Socorro Carvalho, por quem tenho muito carinho e admiração.

Agradeço também à Profa. Dra. Solange Santana pela preocupação de sempre, pela disponibilidade e pelos gestos de compreensão.

E por fim, à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, por todas as oportunidades de crescimento profissional e acadêmico, concedidas enquanto aqui estive.

RESUMO

Este trabalho versa sobre o papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) na formação dos alunos como cidadãos conscientes e críticos. Assim, objetivou-se evidenciar os impactos pessoais, sociais e políticos que o PPP pode acarretar na formação dos alunos como cidadãos conscientes e críticos. A presente pesquisa é de cunho qualitativo; para o desenvolvimento dela, foram consultadas fontes relevantes sobre a temática aqui apresentada. Ao longo do trabalho, constatou-se que o PPP representa um documento essencial para o bom funcionamento de uma escola, haja vista que ele reflete sua própria identidade, sendo ele pautado em legislações que norteiam o processo educativo e o bom funcionamento da sociedade, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Constituição Federativa Brasileira (CFB) de 1988. Neste viés, percebeu-se que é de suma importância que todos os agentes intra e extra-escolares estejam empenhados na elaboração, aplicação e avaliação do PPP. Dentre esses agentes, estão gestores, coordenadores, professores, demais funcionários da escola, alunos, pais e comunidade em geral, os quais devem estar comprometidos com o desenvolvimento do senso crítico e autonomia dos estudantes. Por conseguinte, fica nítido o caráter democrático e colaborativo presente no PPP. Sem a participação ativa de todos os envolvidos, tal documento não passaria de um documento meramente burocrático. Além disso, como o professor é um dos agentes escolares que passa mais tempo com o aluno, ele se torna um dos principais responsáveis pela operacionalização do PPP. Por conseguinte, os princípios norteadores do PPP devem estar impregnados de valores, ética e intencionalidade, com ênfase na formação crítica, criativa e autônoma dos educandos.

Palavras-chave: Projeto político pedagógico; formação; senso crítico; alunos.

ABSTRACT

This work addresses the role of the Pedagogical Political Project (PPP) in shaping students as conscious and critical citizens. The objective was to highlight the personal, social, and political impacts that the PPP can have on students' development as conscious and critical citizens. This research is qualitative in nature; for its development, relevant sources on the theme presented here were consulted. Throughout the study, it was found that the PPP represents an essential document for the proper functioning of a school, as it reflects its own identity, being guided by legislations that direct the educational process and the proper functioning of society, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) of 1996 and the Brazilian Federal Constitution (CFB) of 1988. In this context, it was observed that it is of utmost importance that all intra- and extra-school agents are committed to the development, implementation, and evaluation of the PPP. Among these agents are administrators, coordinators, teachers, other school staff, students, parents, and the community in general, who must be committed to fostering critical thinking and the autonomy of students. Consequently, the democratic and collaborative nature of the PPP becomes evident. Without the active participation of all involved, this document would merely be a bureaucratic formality. Moreover, as teachers are among the school agents who spend the most time with students, they become one of the primary responsible parties for the operationalization of the PPP. Therefore, the guiding principles of the PPP must be imbued with values, ethics, and intentionality, with an emphasis on the critical, creative, and autonomous development of the students.

Keywords: Political pedagogical project; training; critical sense; students.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	9
1.1 O Projeto Político Pedagógico como norteador das ações educativas.....	10
1.2 Desafios da implementação do PPP: uma proposta para formação de cidadãos conscientes.....	15
2. OS IMPACTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA	19
2.1 A importância da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico.....	20
2.2 O papel do professor na operacionalização do Projeto Político Pedagógico.....	24
3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	28
3.1 Desenvolvimento do senso crítico dos alunos.....	28
3.2 O aluno como protagonista do processo de aprendizagem.....	31
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, muitas discussões foram realizadas acerca da promoção de uma educação que desenvolva o ser humano em plenas condições de viver em sociedade, tendo consciência de seus direitos e deveres.

Assim, a educação não é um produto pronto e absoluto, seus processos devem passar por constantes revisões e formulações, com planejamento e propostas de intervenção adequados às necessidades de cada instituição de ensino e a realidade de sua clientela.

Por este viés, dado que o mundo se encontra cada vez mais globalizado e tecnológico, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) deixam claro que “a sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos [...]” (Brasil, 1998, p. 21). Para Santos (2022), o projeto pedagógico tem como fundamento a melhoria contínua do processo educacional, contribuindo ativamente para a implementação de um ensino voltado à qualidade. Nesse contexto, destaca-se a importância da integração dos alunos ao Projeto Político Pedagógico, uma vez que os anseios da comunidade escolar se concentram no processo de ensino-aprendizagem, direcionando-se para atender às necessidades educacionais dos alunos, que constituem o núcleo das preocupações da escola.

Nesse contexto, todas as instituições de ensino são responsáveis por produzir e implementar um documento de suma importância para qualquer estabelecimento educacional: o Projeto Político Pedagógico (PPP). Esse documento abrange todo o funcionamento da instituição, desde os recursos estruturais e financeiros até os pedagógicos e humanos, além de metas, valores, princípios e outros aspectos essenciais. O próprio nome do PPP já evidencia duas dimensões fundamentais a serem trabalhadas: a política e a pedagógica.

No âmbito escolar, “projeto” significa lançar-se para um plano ainda desconhecido ou incerto e que contribua de forma positiva para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem (Santos, 2022, p. 6). “A palavra “político”, que se acrescenta ao “pedagógico” é no sentido de sua origem grega de “fazer” ações éticas para dar um rumo coletivo à polis, ou seja, a arte de bem governar um coletivo” (Silva, 2014, p. 14). Além de político, o PPP “também é pedagógico, no

sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus desígnios e sua intencionalidade” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 3).

O interesse por esta temática surgiu durante o Estágio Supervisionado nas séries iniciais do Ensino Fundamental, onde foi possível analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) com foco em seus aspectos construtivos, participativos e democráticos. Essa experiência despertou o desejo de aprofundar o estudo sobre a importância do PPP na formação integral de alunos, especialmente no que tange ao desenvolvimento de sua consciência crítica e cidadã.

De modo geral, esta pesquisa buscou evidenciar os impactos pessoais, sociais e políticos que o Projeto Político Pedagógico pode acarretar na formação dos alunos como cidadãos conscientes e críticos. Para tal fim, alguns objetivos específicos tiveram que ser seguidos, como investigar as bases históricas, pedagógicas e legais que norteiam o PPP; averiguar a importância do trabalho colaborativo entre escola, comunidade e sociedade na elaboração do PPP; e analisar como o PPP pode propiciar aos alunos subsídios para desenvolver-se de forma socialmente consciente e crítica.

Quanto à abordagem adotada, esta pesquisa se classifica como qualitativa. Por sua vez, os objetivos elencados fazem com que esta pesquisa possui um caráter bibliográfico, sendo fundamentada em uma revisão rigorosa de literatura. Foram incluídos livros, artigos, revistas, legislações e sites que abordam de forma direta e relevante o tema do Projeto Político Pedagógico (PPP). Os textos selecionados foram escolhidos com base em sua relevância acadêmica, atualidade, credibilidade das fontes e alinhamento com os objetivos da pesquisa.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro evidencia o contexto histórico do PPP, bem como suas implicações pedagógicas e os desafios intrínsecos à sua implementação. O segundo capítulo traz uma discussão sobre os impactos que o PPP pode gerar no âmbito escolar, enfatizando o caráter democrático e participativo atrelados à função social da comunidade e do professor. Já no terceiro capítulo, o PPP é analisado sob a premissa de servir como instrumento de melhoria da educação, principalmente no que diz respeito ao senso crítico e protagonismo dos alunos. Por fim, serão apresentadas algumas conclusões advindas da análise e discussão dos resultados aqui abordados.

1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

A escola não é apenas um prédio, pois ela é composta por seres humanos que fazem com que o processo educativo aconteça e seja constantemente ressignificado. A esses “diversos atores que vivem em contínua interação, é necessário um elo se interpor entres eles e através deles, identificando, apresentando e intermediando em suas atribuições, nos processos e apontando as finalidades” (Amorim, 2024, p. 56).

Nesse entremeio, “o Projeto Político Pedagógico (PPP) agrega um debate fundamental sobre o papel social da escola, a autonomia escolar e as perspectivas futuras do projeto educacional” (Fernandes, 2023, p. 1). “Construí-lo significa assumir a educação como um processo de ensino-aprendizagem essencial para a formação dos educandos e o exercício da cidadania” (Dornelles, 2010, p. 4).

Além disso, o PPP “oferece eixos norteadores ao trabalho da escola, permitindo um trabalho efetivo, competente e com autonomia. Ele é fundamentado nas necessidades de organizações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola” (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 11). Santos (2019, p. 1) acrescenta que:

Através deste documento é possível proporcionar à comunidade escolar o conhecimento das condições de funcionamento da escola e das potencialidades que essa escola possui, visando a superação dos principais problemas e o cumprimento da função escolar de transmissão de conhecimento com foco em formar cidadãos conscientes para a transformação da sociedade.

Frente os entraves que podem surgir durante sua elaboração, o PPP se traduz como “um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa” (Fernandes, 2023, p. 4).

Para dar continuidade a esta discussão, decidiu-se dividir este capítulo em dois subcapítulos: o primeiro para tratar do PPP como norteador das ações

educativas e o segundo para discorrer sobre os desafios presentes na implementação deste importante documento.

1.1 O Projeto Político Pedagógico como norteador das ações educativas

O PPP é alvo de discussões cada vez mais intensas no âmbito nacional e também internacional, haja vista que ele " é reconhecido como um documento que norteia o trabalho da escola, trazendo os direcionamentos a serem tomados dentro da realidade de cada instituição" (Santos, 2019, p. 1). Ele ainda "se vincula a um projeto histórico social, trazendo uma forma específica da escola compreender o seu papel na sociedade" (Poker; Tendolini, 2011, p. 1).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o alicerce que norteia todas as práticas educativas dentro de uma escola. Ele estabelece a visão de futuro da instituição, delineando os objetivos e as metas a serem alcançadas. O PPP integra a missão e os valores da escola, promovendo um ambiente de ensino que é construído coletivamente e que busca atender às necessidades específicas da comunidade escolar. Sua elaboração e implementação exigem uma gestão organizada e eficiente, pois é a partir dele que se define como os recursos serão empregados e como as ações pedagógicas serão articuladas para garantir uma educação de qualidade. Para Libanêo (2015, p.85):

Organizar significa dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo, prover as condições necessárias para realizar uma ação; administrar é o ato de governar, de pôr em prática um conjunto de normas e funções; gerir é administrar, gerenciar, dirigir. No campo da educação, a expressão organização escolar é frequentemente identificada com a administração escolar, termo que tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referentes à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso dos recursos (materiais, financeiros, intelectuais), coordenar e controlar o trabalho das pessoas.

Dessa forma, o conceito de Projeto Político-Pedagógico (PPP) se conecta diretamente com a ideia de organizar, administrar e gerir uma instituição escolar. Organizar, no contexto do PPP, envolve a disposição ordenada de todas as ações educativas, articulando os objetivos pedagógicos com as necessidades da comunidade escolar. Administrar, no âmbito do PPP, significa colocar em prática as diretrizes definidas pelo projeto, garantindo que todas as normas e funções estabelecidas sejam cumpridas de maneira eficiente. Gerir, por sua vez, envolve o

acompanhamento contínuo do processo educacional, assegurando que os recursos materiais, financeiros e intelectuais sejam utilizados de forma racional e que as atividades sejam coordenadas e controladas para alcançar os objetivos propostos.

Ou seja, o PPP é o elemento central que guia a organização escolar, servindo como base para a administração e a gestão de todas as ações da escola. Ele define o caminho a ser seguido para que a instituição alcance suas metas, promovendo uma educação de qualidade através da articulação cuidadosa de todos os recursos e esforços da comunidade escolar.

O Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELLOS, 1995 p. 143).

Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) surge como uma ferramenta fundamental para a escola, ao oferecer uma abordagem teórica e metodológica capaz de enfrentar os desafios do cotidiano de maneira planejada e consciente. Diferente de uma simples resposta reativa às questões diárias, o PPP promove uma reflexão profunda e sistemática sobre as práticas educativas, permitindo que todos os agentes da instituição ressignifiquem suas ações de forma integrada e participativa. Isso garante que a escola funcione como um organismo coeso, onde cada decisão e ação estão alinhadas com os objetivos pedagógicos e as necessidades da comunidade escolar. A participação coletiva no desenvolvimento e na execução do PPP reforça a importância de uma gestão democrática e colaborativa, onde todos contribuem para a construção de uma educação de qualidade.

Assim, “faz-se necessário observar que o Projeto Político Pedagógico na escola deve estar em consonância com a legislação e às políticas públicas educacionais” (Dornelles, 2010, p. 10). Perante as legislações vigentes, o PPP deve ser regulamentado pelos princípios estabelecidos na CFB de 1988 e na LDB de 1996.

“O projeto norteia o trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e sua história” (Longhi, Bento; 2006, p. 1). E, de acordo com Santos (2022, p. 11):

Por se constituir como um documento formal e democrático na direção das tomadas de decisões se torna indispensável que tenha em sua função, a de organizar o trabalho pedagógico que engloba desde a sala de aula até às demais relações num contexto social.

Como trata-se de um documento de suma importância para o bom funcionamento da escola, é viável que seja dada a maior atenção possível à sua elaboração. Por isso, “a abordagem para construção do Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador do trabalho da escola pública como um todo, deve estar sempre pautada em princípios como na igualdade, equidade e democracia” (Amorim, 2024, p. 62). Todavia, “muitas vezes a escola constrói o seu projeto como mera formalidade e nele acaba colocando referenciais teóricos metodológicos vinculados a uma concepção progressista a qual a escola não condiz” (Poker; Tendolini, 2011, p. 3). Quando isso acontece, o PPP se torna apenas um instrumento burocrático, sem uma real intencionalidade de transformação social.

O PPP não deve ser utilizado como ferramenta burocratizadora do ensino, mas sim “como ferramenta facilitadora no processo da construção do conhecimento, e projetá-lo como intencionalidade educativa é de grande valor no princípio da organização social, cultural e educativa da comunidade” (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 13). Para fugir desses moldes burocráticos, o PPP deve se consolidar como:

Um instrumento que articula as ações da escola de forma consciente e organizada devendo ser tecido por todos para que possa cumprir as necessidades curriculares determinadas pelo país, regionais e ainda locais para que os educandos consigam conciliar os conhecimentos científicos mediados por seus professores ao seu cotidiano. Somente desta forma, o PPP deixará de ser um mero instrumento burocrático para se tornar um viés de transformação escolar (Dornelles, 2010, p. 5).

Dessa forma, o PPP se traduz como “um instrumento norteador das ações da escola, do processo de gestão democrática e etapa fundamental para a promoção e construção de uma sociedade mais democrática” (Fernandes, 2023, p. 2). Nele, são explicitados “os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, os conteúdos, a metodologia da aprendizagem, o tipo de organização e as formas de execução e avaliação da escola” (Veiga, 2009, p. 165). No entanto, de acordo com Silva (2014, p. 18):

Para o Projeto Político-Pedagógico realmente ser um direito e um dever, todos os envolvidos nesse processo precisam estar cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um

documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

Então para que o (PPP) seja verdadeiramente um direito e um dever, é fundamental que todos os envolvidos no processo estejam plenamente cientes de sua participação e responsabilidade. É essencial que a comunidade escolar, incluindo professores, alunos, gestores e pais, reconheça a importância desse documento e acredite em seu valor. Somente assim o PPP deixará de ser apenas um documento formal e se tornará um guia efetivo para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que alinhe teoria e prática de maneira coerente. Além disso, a autonomia dos profissionais da educação é crucial nesse contexto, pois permite que eles adaptem e implementem o PPP de acordo com as necessidades específicas da escola, garantindo que as ações pedagógicas sejam verdadeiramente eficazes e significativas para a realidade da comunidade escolar.

Essa autonomia foi dada às instituições de ensino por meio da LDB, a qual deixa claro que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 2023, p. 15).

Claro, além das incumbências citadas, ainda cabe a estas instituições de ensino verificar constantemente se as propostas estão realmente sendo cumpridas, refletindo acerca delas e reformulando-as quando necessário. Essa constante revisão do PPP também é defendida por Gonçalves *et al.* (2016, p. 2), ao dizer que “nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história”. Por conseguinte, se a educação vive em constante processo de evolução, o que faz com que ela passe por reformulações legais ao longo dos anos, o mesmo vale para o PPP.

Veiga (2009, p. 165) complementa dizendo que “a construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades”. “As ações refletidas no projeto procuram incluir desde os conteúdos, avaliação e funções até as relações que se estabelecem dentro da escola e entre a escola e a comunidade” (Longhi, Bento; 2006, p. 1). Sob este viés, o PPP tem como função:

Descrever os aspectos gerais de cada instituição de ensino, relatando as características da comunidade onde está inserida, dos alunos, projetos a serem realizados, objetivos mediante o processo de ensino e aprendizagem, as atribuições de cada funcionário dentre outros aspectos que visam a melhoria do processo educacional (Dornelles, 2010, p. 3).

“O projeto precisa ser construído e vivenciado por todos em todos os momentos do processo educacional; como é um processo coletivo, visa o comprometimento da intencionalidade de se construir um cidadão participativo, crítico e criativo” (Silva, 2014, p. 17). E “a escola que se abre à comunidade possui permanente ação-reflexão, mantendo uma postura ética, porque assim, rompe a barreira dos preconceitos e das diferenças, tornando possível uma convivência mais aproximada” (Silva, 2014, p. 30).

Como visto anteriormente, o PPP tem princípios enraizados na LDB de 1996 e na CFB de 1988, por isso ele funciona como mecanismo de inclusão, democratizando o “acesso ao conhecimento independente de etnia, credo, cor, origem, deficiência, sexualidade” (Poker; Tendolini, 2011, p. 3).

Por conseguinte, o PPP “exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica” (Veiga, 2009, p. 164). Dessa forma, o PPP, “além de instituir a dinâmica de organização e funcionamento da escola, procura considerar o desenvolvimento sociopolítico dos educandos” (Loredo, 2011, p. 12-13).

“O PPP deve partir de seu diagnóstico mais pontual da comunidade escolar, das interfaces entre ensino e aprendizagem, professor e aluno, o diagnóstico da própria cultura escolar” (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 13). Isso é o esperado, pois para traçar as metas e objetivos do PPP, tem-se que ter em mente para quem elas estão sendo definidas. Longhi e Bento (2006, p. 5) complementam dizendo que

Diagnosticar o real e planejar o ideal é o desafio de um projeto político-pedagógico. Porém, não podemos pensar em um ideal impossível de ser alcançado sob pena de não haver credibilidade por parte dos agentes em relação ao documento que está sendo construído.

É necessário, portanto, que o planejamento do ideal seja fundamentado em um diagnóstico realista das condições, recursos e limitações da escola. O PPP deve estabelecer objetivos, mas que sejam concretos e atingíveis, de modo a manter a confiança e o comprometimento de todos os agentes envolvidos. A credibilidade do

PPP está diretamente ligada à sua capacidade de traduzir as aspirações da comunidade escolar em ações práticas e realizáveis, promovendo melhorias contínuas que possam ser percebidas no dia a dia da escola. Dessa forma, o PPP não só orienta o desenvolvimento pedagógico, mas também fortalece a autonomia da escola para definir e perseguir suas próprias metas de maneira efetiva.

Além disso, devido a LDB, “cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir em prol do processo de construção da educação de qualidade” (Veiga, 2009, p. 168). Dessa forma:

Cada projeto político pedagógico é único, e pertencente a um tempo e a um espaço específico, pois a escola como já afirmamos, é um ambiente em constante atividade e requer que seu projeto pedagógico seja tão volátil quanto, mas sem se perder dentro dos seus ciclos, pois é a partir da análise do contexto atual que o Projeto político pedagógico pode ser elaborado e reelaborado (Amorim, 2024, p. 56).

Pode-se dizer então que o caráter único de cada Projeto Político-Pedagógico (PPP) reflete a singularidade de cada escola, que opera dentro de um contexto específico de tempo e espaço. Cada instituição possui suas próprias características, necessidades e desafios, que influenciam diretamente na elaboração de seu PPP. Como a escola é um ambiente dinâmico e em constante evolução, o PPP também precisa ser flexível e adaptável para responder às mudanças e demandas emergentes.

No entanto, essa volatilidade não significa que o projeto pedagógico deva perder sua coerência ou seu foco. É essencial que, mesmo diante das mudanças, o projeto mantenha uma continuidade e um alinhamento com os objetivos educacionais da escola. A análise constante do contexto em que a escola está inserida permite que o documento seja periodicamente revisado e atualizado, garantindo que ele permaneça relevante e eficaz. Assim, o PPP se torna um instrumento vivo e ativo, capaz de guiar a escola através de seus ciclos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se adapta às novas realidades e desafios, sem perder de vista sua missão e seus valores fundamentais.

“Quando o Projeto Político-Pedagógico é elaborado, é necessário conhecer a realidade em que vivem os alunos da escola, a sua história de vida e os seus

sonhos para o futuro e refletir sobre eles” (Longhi, Bento; 2006, p. 3). E os PCNs afirmam que:

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas (Brasil, 1998, p. 21).

Em outras palavras, a sociedade exige cada vez mais competências e habilidades essenciais aos nossos alunos, as quais devem estar bem definidas no PPP, evidenciando onde se quer chegar e quais estratégias pedagógicas serão utilizadas para tal finalidade.

Além disso, Veiga (2009, p. 168) acredita que:

A educação de qualidade é sustentada por dois eixos: o da igualdade e o da inclusão. Para tanto, há a necessidade de se fortalecer as condições de acesso, sucesso e permanência do aluno na escola, bem como o desenvolvimento de estratégias para a integração de diferentes instituições educativas da sociedade e investir, simultaneamente, na educação básica e na educação superior.

Sendo assim, “o projeto político-pedagógico deve ser o norteador do ideal de qualidade que uma comunidade almeja alcançar, deve ser consultado, revisto, avaliado e reformulado constantemente” (Silva, 2014, p. 16). É certo que “não existem fórmulas, existem caminhos que implicam em reflexões sobre a realidade, sobre o que existe e o que pode existir, sobre o que precisa ser superado e o que precisa ser aproveitado” (Fernandes, 2023, p. 3). Por este viés, o PPP “ao dar uma nova identidade à escola, contempla em suas reflexões a questão da educação de qualidade, entendida aqui nas suas dimensões indissociáveis” (Veiga, 2009, p. 167).

Sendo assim, fica claro que o PPP desempenha um papel de suma importância no que se refere a escola, sendo ele um norteador de políticas para as ações educativas atreladas à escola, onde há o detalhamento dos recursos materiais e humanos, as metodologias, os conteúdos, as formas de avaliação, as atividades curriculares e extracurriculares, o funcionamento da escola, entre outras coisas. Tudo isso pensando de forma intencional com vistas a subsidiar o desenvolvimento pessoal, moral, político, cognitivo, social e crítico dos seus alunos.

1.2 Desafios da implementação do PPP: uma proposta para formação de cidadãos conscientes

Na vida, as dificuldades permeiam vários pontos do trajeto, seja no âmbito pessoal, educacional ou profissional. Do ponto de vista educacional, “é preciso compreender que pensar o projeto político pedagógico de uma escola é pensar todo o seu contexto, o seu entorno, a sua estrutura física e pessoal, não é apenas um emaranhado de regras e orientações” (Amorim, 2024, p. 64). “Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com seus próprios critérios e prioridades” (Veiga, 2009, p. 168).

O PPP é um documento elaborado de forma colaborativa por todos os segmentos que dele fazem parte: direção, pais, alunos, servidores, sociedade, entre outros. De acordo com Poker e Tendolini (2011, p. 2), o PPP da escola deve ser “construído e vivenciado constantemente por todos os envolvidos com o processo educativo escolar em um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade e da intencionalidade da escola”.

“Sua elaboração de forma coerente e participativa pode contribuir para uma organização mais eficaz e inclusiva, como também diminuir alguns desafios educativos que a instituição lida no dia-a-dia” (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 13). Com a participação de todos, fica mais fácil entender os anseios de cada um, pois cada pessoa tem seu próprio modo de enxergar a realidade, por mais que esse modo possa se assemelhar ao de outra.

Loredo (2011) afirma que a maior dificuldade por parte da equipe gestora é justamente convencer as partes envolvidas da importância do PPP. A autora ainda acrescenta que:

É preciso evidenciar que o Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola e o instrumento de organização do trabalho pedagógico; que, através dele, propõem-se mudanças no cotidiano escolar para possibilitar a articulação de medidas e ações para o sucesso da aprendizagem do aluno (Loredo, 2011, p. 11 – 12).

Ou seja, o Projeto Político-Pedagógico não é apenas um documento, mas a verdadeira expressão da identidade de uma escola. Ele serve como a base que organiza e orienta todas as atividades pedagógicas, funcionando como um mapa estratégico para o desenvolvimento educacional. Através desse projeto, a escola é capaz de planejar e implementar mudanças que impactam diretamente o cotidiano escolar, criando um ambiente que favoreça o aprendizado dos alunos. Em outras palavras, o PPP é a ferramenta que articula ações concretas para garantir que as metas educacionais sejam alcançadas, promovendo o sucesso e a evolução contínua da prática pedagógica.

Em seus trabalhos, Dornelles (2010, p. 20) e Loredó (2011, p. 12) elencam diversas dificuldades encontradas na elaboração e manutenção do PPP, as quais podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1: Principais dificuldades na elaboração e manutenção do Projeto Político Pedagógico

A falta de interesse de alguns profissionais para a melhoria do PPP e atualização de forma coletiva e democrática efetivando a unidade do processo educativo.
Dificuldade de organização do tempo escolar para garantir a elaboração do PPP dentro do calendário escolar.
Falta de disponibilidade e compromisso das pessoas para o envolvimento com o trabalho de elaboração do PPP.
Mudança do quadro de pessoal, principalmente docente, a cada ano letivo.
Término de mandato de equipes gestoras.
Acúmulo de funções e excesso de tarefas do cotidiano escolar.
Dificuldade de otimizar o tempo disponível para possíveis organizações de grupos de trabalho para elaboração do PPP.
Acúmulo de responsabilidades e compromissos com os programas escolares.
A relação entre professores e alunos que não está consolidada conforme prevê o PPP da escola em que trabalham tendo como consequência a repetência e evasão.
A não realização de estudos contínuos do PPP confrontando seus princípios com a prática diária da escola.

A inexistência de conciliação entre teoria e prática como prevê este documento.

Fonte: Dornelles (2010); Loredo (2011).

De modo geral, boa parte das dificuldades apresentadas giram em torno da variável tempo: para se reunir, para elaborar propostas e para executá-las em tempo hábil e de modo satisfatório. Quanto a isso, de acordo com Fernandes (2023, p. 5):

O processo metodológico de construção do PPP escolar, precisa considerar que existem etapas a serem seguidas, um prazo para elaboração (sugere-se de 3 a 4 meses), o período de vigência do PPP elaborado (sugere-se de 3 a 5 anos) e as condições da revisão anual.

Sendo assim, esse processo metodológico de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) escolar deve ser estruturado de maneira cuidadosa e planejada, levando em consideração várias etapas essenciais. Primeiramente, é fundamental que o desenvolvimento do PPP siga um cronograma bem definido, com um prazo sugerido de 3 a 4 meses para a sua elaboração. Esse período é importante para garantir uma análise aprofundada e uma discussão abrangente entre todos os envolvidos na comunidade escolar, assim permitindo que o projeto reflita de maneira adequada as necessidades e objetivos da instituição.

Além disso, o PPP não é um documento estático; ele tem um período de vigência sugerido de 3 a 5 anos, o que proporciona tempo suficiente para a implementação das ações planejadas e a avaliação dos resultados alcançados. No entanto, é fundamental que haja uma previsão para revisões anuais. Essas revisões permitem ajustar o projeto com base nas mudanças e desafios que possam surgir ao longo do tempo, garantindo que o PPP permaneça relevante e eficaz em atender às necessidades da escola.

Portanto, um planejamento metodológico adequado para o PPP inclui não apenas a definição de um cronograma de elaboração e vigência, mas também a implementação de um sistema de revisão contínua. Isso assegura que o projeto se mantenha alinhado com os objetivos educacionais e as realidades dinâmicas da instituição escolar, promovendo um ambiente educacional mais adaptável e eficaz.

Amorim (2024, p. 56) complementa dizendo que, “como a própria etimologia da palavra projeto sugere, projetar é lançar algo para frente, partir de um ponto para outro, objetivando alcançar o êxito daquilo que foi projetado”. Ou seja, um projeto é uma ação deliberada e planejada, direcionada para a realização de metas específicas. A definição proposta enfatiza a natureza dinâmica e orientada para resultados de um projeto, sugerindo que a capacidade de projetar algo vai além do simples planejamento, envolvendo uma trajetória de progresso e adaptação rumo à concretização dos objetivos.

Além disso, é fundamental conscientizar os envolvidos sobre a necessidade e importância do PPP, pois ele define a estrutura e os objetivos da instituição de ensino. O PPP funciona como um guia para a escola e todos que dela fazem parte, por isso pode ser “considerado como um documento de identidade da escola, pois ele evidencia os valores que a instituição carrega, além de traçar um percurso a se seguir em busca de sua intencionalidade educativa” (Santos, 2019, p. 3).

Araujo (2013, p. 20 – 21) também defende essa tese, mas agora dando ênfase ao professor e ao aluno, ao dizer que:

Um dos maiores desafios da prática pedagógica é realizar um trabalho que tenha um significado relevante tanto para o professor quanto para os alunos. Neste ponto a equipe escolar, tem um campo de atuação de maior importância: ajudar os docentes a repensarem suas propostas, reverem as rotinas, romperem com o formalismo dos conteúdos preestabelecidos, trabalhando desta forma com uma proposta construída em conjunto.

O objetivo é criar um ambiente colaborativo onde as propostas educacionais sejam desenvolvidas em conjunto. Isso significa fomentar uma cultura de inovação e adaptabilidade, onde os conteúdos e metodologias sejam ajustados para atender às necessidades reais dos alunos e às condições específicas da escola. Quando a equipe escolar trabalha em estreita colaboração com os professores para construir propostas educacionais, o resultado é uma prática pedagógica mais relevante e envolvente, que pode transformar a experiência de aprendizagem e melhorar os resultados educacionais para todos os envolvidos.

“Projeto político-pedagógico da escola e gestão democrática trazem intencionalmente em seus termos a articulação e o significado postulados para a construção dos marcos da educação de qualidade” (Veiga, 2009, p. 163). “Em um processo democrático, o coletivo deve prevalecer, os envolvidos serem indagados

sobre como veem a escola, como gostariam que ela fosse, o que é ensinado e como, de forma que compreenda a realidade e perceba a necessidade de mudanças” (Fernandes, 2023, p. 3).

Diante disso, Dornelles (2010, p. 8-9) enfatiza que

Na medida em que o PPP se torna um instrumento construído às pressas para abertura e reconhecimento de uma instituição de ensino onde apenas os gestores têm acesso ao seu desenvolvimento, não democratizando sua construção e delegando as funções que acham cabíveis a cada profissional sem os consultar, toda a teoria defendida por diversos autores onde existe a necessidade de uma construção participativa se esvai.

Isso significa que quando o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é elaborado de maneira apressada e sem a participação da comunidade escolar, sua eficácia e relevância são comprometidas. Se o documento é desenvolvido exclusivamente pelos gestores e sem consultar os demais profissionais envolvidos, ele perde a essência de um projeto verdadeiramente participativo. A teoria amplamente defendida por especialistas, que enfatiza a importância da construção colaborativa e inclusiva, é ignorada.

Ao não envolver os professores, alunos e outros membros da comunidade escolar no processo de criação do projeto pedagógico, o documento deixa de refletir as necessidades e as realidades práticas da escola. Isso pode resultar em um projeto que não é bem compreendido ou aceito por aqueles que o irão implementar, reduzindo sua capacidade de efetivamente orientar e melhorar a prática pedagógica. Portanto, para que o PPP seja um verdadeiro guia para a escola, é importante que sua elaboração seja um processo participativo e transparente, engajando todos os stakeholders na construção de um projeto que seja significativo e aplicável na prática.

Veiga (2009, p. 165) ressalta que “a construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades”. Esse regime de colaboração do PPP nos instiga a discutir a gestão democrática, haja vista que:

Compreender em profundidade os problemas postos pela prática pedagógica passa a ser uma exigência da gestão democrática. Nesse

sentido, ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática (Veiga, 2009, p. 166).

“Uma gestão democrática incentiva a participação de todos os segmentos da escola, para uma construção coletiva e participativa nas tomadas de decisões e na elaboração de ações e entrega de sugestões, rompendo com as estruturas de poder e individualismo” (Amorim, 2024, p. 62). “A participação de todos os interessados na melhoria da qualidade do ensino enriquece as discussões, tornando a socialização das ideias dos vários segmentos, importantes indicativos das necessidades de mudanças que devem acontecer no âmbito escolar” (Loredo, 2011, p. 10).

Nesse sentido, Santos (2019, p. 2) evidencia que:

A escola como uma instituição formadora de cidadãos críticos e conscientes, se torna um importante espaço para o desenvolvimento da autonomia do sujeito enquanto ser pensante, mas, para isso é necessário que essa autonomia comece com a participação de toda a comunidade escolar nas atividades e decisões da escola, principalmente na construção do seu Projeto Político Pedagógico.

A coletividade na elaboração do PPP “possibilita a análise da realidade, o envolvimento e comprometimento da comunidade escolar com a busca de superação e implementação de mudanças consideradas fundamentais, funcionando como uma ferramenta essencial na gestão democrática” (Fernandes, 2023, p. 1 – 2). “O PPP assim concebido permite que todos os agentes educacionais trabalhem em unidade dentro da instituição de ensino em prol dos alunos e do saber tendo consciência de suas atribuições, valores a serem praticados e, de suas funções” (Dornelles, 2010, p. 5).

“É necessário, portanto, que o empoderamento se efetive não apenas individualmente, mas coletivamente, para que ocorram de fato rupturas na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, transformações educacionais” (Veiga, 2009, p. 167). O PPP deve respaldar sobre “a qualidade de ensino, oferecendo meios para definir não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas nas quais os problemas não estão suficientemente transparentes” (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 13).

Todavia, cabe acrescentar que o PPP “não resolve nem resolverá todos os problemas da escola, mas sua elaboração de forma coerente apoiada na

necessidade de amenizar os problemas cotidianos permite um avanço qualitativo para todos que estão envolvidos na Educação” (Dornelles, 2010, p. 11).

Em outras palavras, elaborar um PPP por si só não garante resultados educacionais capazes de transformar a realidade. Para tanto, é necessário o entendimento sobre o tema, tempo e diálogo para traçar as melhores estratégias, sempre com participação ativa e colaborativa dos agentes.

2. OS IMPACTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Quanto maior a diversidade presente na escola, maiores são os desafios para elaborar propostas que visem o bem comum. Assim, “para atender as diversidades socioculturais, religiosas, étnicas entre outras existentes na sociedade como um todo e presentes também no ambiente escolar, torna-se necessária uma orientação política para alcançar essa esfera” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 3). Esse teor político aliado ao caráter pedagógico necessário ao ambiente escolar, remete a discussão ao PPP. Nesse sentido, Longhi e Bento (2006, p. 2) acreditam que devemos compreender:

[...] a escola não como lugar somente de transmissão de conhecimento, e sim como lugar privilegiado para realizar um trabalho pedagógico muito mais amplo visando à formação integral dos cidadãos e buscando o exercício da cidadania por meio da participação e reflexão da realidade da comunidade escolar.

Dito isso, a escola deve ser vista como um espaço para transmitir informações, e também como um ambiente fundamental para promover o desenvolvimento completo dos alunos. Seu papel vai além do ensino acadêmico,

englobando a formação cidadã e o engajamento dos estudantes na análise e na participação ativa na vida da comunidade escolar. Isso envolve cultivar habilidades de reflexão crítica e responsabilidade social, preparando os alunos para serem cidadãos ativos e conscientes.

Santos (2022, p. 2) complementa dizendo que:

Na implementação das ações que possam servir para a solução dos problemas no contexto escolar, surgem os atores sociais que conhecem a necessidade local, pois vivenciam na sua prática pedagógica as dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

Ou seja, durante a execução de ações destinadas a resolver problemas no ambiente escolar, os atores sociais desempenham um papel crucial, pois são eles que compreendem as necessidades locais. Esses profissionais estão diretamente envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, experimentam na prática as dificuldades enfrentadas. Sua experiência e conhecimento são essenciais para identificar e abordar eficazmente as questões que afetam o contexto escolar.

Dada essa necessidade, Silva (2014, p. 17) aponta que o PPP “precisa ser construído e vivenciado por todos em todos os momentos do processo educacional; como é um processo coletivo, visa o comprometimento da intencionalidade de se construir um cidadão participativo, crítico e criativo”. Além disso, “a verdadeira proposta pedagógica deve envolver professores e alunos de forma que não se estabeleçam individualismos” (Araujo, 2013, p. 9).

Dado este contexto, achou-se pertinente dividir este capítulo em dois subcapítulos: um para tratar dos impactos gerados pela participação da comunidade escolar na elaboração do PPP e outro para discutir as contribuições da participação do professor na operacionalização deste importante documento.

2.1 A importância da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico

Como visto anteriormente, à luz da LDB:

“Os sistemas públicos são responsáveis por decidir as normas da gestão democrática do ensino básico, proporcionando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, garantindo a participação das comunidades escolares e assegurando

autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas” (Silva, 2014, p. 10).

Essa autonomia fez do PPP um documento ainda mais rico em detalhes, haja vista que o mesmo passou a apresentar “todos os aspectos da Escola, desde sua história, resultados, rendimentos, dados socioeconômicos, entre outros indicadores que esses projetos trouxeram de positivo” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 3). De acordo com Dornelles (2010, p. 7), o momento de construção do PPP é perfeito para que:

[...] toda a equipe pedagógica e demais funcionários que observam o processo de ensino de perto, demonstrarem suas inquietações, sugerirem mudanças, estratégias e ações capazes de melhorar não apenas a gestão da instituição mas todo o trabalho realizado em prol da aprendizagem.

Concomitantemente, Cavalcante *et al* (2020, p. 3) acrescenta que o PPP “é um instrumento norteador, que indica os principais métodos que as instituições vão usar, para alcançar os objetivos pré-determinados, em um processo de gestão democrática, através da participação coletiva de toda a comunidade escolar”. Isso deixa claro que o PPP “não pode ser imposto, mas construído coletivamente, por se tratar de um documento que expressa a identidade de uma comunidade (escolar) e não de um grupo ou equipe técnica, sendo uma necessidade, e não apenas uma obrigação” (Longhi, Bento; 2006, p. 2).

Nesse contexto, “discutir gestão democrática implica refletir os problemas enfrentados diariamente na escola, entendendo que esse movimento de organização do trabalho pedagógico corrobora ou impede o desenvolvimento de uma prática participativa” (Silva, 2014, p. 25). Em outras palavras, é a presença do caráter democrático que faz do PPP um documento transformador em vez de burocratizador.

Desta maneira, Santos (2022, p. 2) afirma que “através deste projeto podem ser direcionados todos os passos que a escola deve tomar para tornar o ambiente escolar mais propício para uma educação mais eficaz”. Logo, de acordo com Longhi e Bento (2006, p. 1):

O Projeto Político-Pedagógico é, portanto, um documento que facilita e organiza as atividades, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Ainda se constitui num

retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

O PPP então age como mediador entre vários processos que permeiam a escola, como financeiros, políticos e pedagógicos, devendo ele ser conduzido de maneira a atender as expectativas de todos os envolvidos no processo educativo. Nesse entremeio, “o diretor deve garantir que o processo de criação do projeto pedagógico seja democrático, da elaboração à execução, prevendo espaço para seu questionamento por parte da comunidade escolar” (Silva, 2014, p. 24).

Santos (2022, p. 2) faz questão de reforçar que a gestão democrática atua como base participativa do PPP “visando a interação entre os vários segmentos da comunidade escolar. Neste modelo de gestão o diretor descentraliza o poder e conseqüentemente redistribui a responsabilidade entre todos os atores sociais”.

De maneira simples, o diretor é aquele que articula a elaboração do PPP ao mobilizar os segmentos interessados nos assuntos escolares, todavia, o processo de elaboração em si vai além das vias da direção. É por isso que deve-se “buscar a participação de toda a comunidade, descentralizando o poder exclusivo do gestor, promovendo um diálogo e participação total de todos componentes do ambiente escolar” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 4). Silva (2014, p. 15) complementa dizendo que:

Trazendo sua parcela de contribuição, refletindo, agindo, desenvolvendo e aproveitando potencialidade podem colaborar com soluções coerentes para dificuldades encontradas, tornando possível efetivar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Todavia, é importante deixar claro que não é só juntar todo mundo em uma sala e o aspecto democrático terá sido posto em prática. Muito pelo contrário, antes é necessário promover o total entendimento das partes quanto ao seu papel na elaboração do PPP e os frutos que essas ações atuais podem gerar no futuro dos alunos perante a sociedade. Assim, torna-se evidente que “a participação nos processos de tomada de decisões só terá efeito quando o papel dos envolvidos estiver totalmente definido. E neste processo de divisão das funções que se reforça a importância da função de cada pessoa no processo” (Santos, 2022, p. 4).

Sendo fruto de uma gestão realmente democrática e participativa, o PPP “implica compromisso coletivo que orienta a prática pedagógica da instituição, cria

estratégias e condições para um planejamento geral, aponta os ideais dos envolvidos com a questão educacional e a adequação à realidade social” (Longhi, Bento; 2006, p. 2). Com isso, é preciso que haja intencionalidade no sentido de gerir meios de assegurar educação de qualidade aos alunos, promovendo soluções para problemas atuais e sugestões para minimizar problemas futuros.

Por conseguinte, “para que as ações a serem concebidas sejam assumidas verdadeiramente por todo o grupo, é necessário que todas as aspirações possam ser ouvidas e as opiniões debatidas na busca de uma direção sob múltiplos olhares” (Silva, 2014, p. 19). Dessa forma, o público extra-escolar, como pais/responsáveis e comunidade, também precisa ter voz.

Quando a construção do Projeto Político-Pedagógico começa sem a preocupação com a sensibilização dos envolvidos, muitos são os que acabam desistindo de participar por não entenderem a proposta ou, simplesmente, não se verem como parte importante na construção (Longhi, Bento; 2006, p. 5).

Isso significa que se a elaboração do Projeto Político-Pedagógico não prioriza a sensibilização dos participantes, é comum que muitos abandonem o processo. A falta de compreensão sobre a proposta ou a sensação de não ter um papel significativo na construção pode desmotivar a participação ativa e comprometida. É fundamental que todos os envolvidos entendam a importância do projeto e se sintam valorizados para garantir o engajamento e o sucesso da iniciativa.

A escola deve considerar todos esses segmentos, pois:

Ao ignorar a realidade da comunidade intra e extra-escolar e vedar a sua participação, a escola reforça seu papel como veículo de promoção da exclusão social, ao passo que desconsidera o cenário político, histórico e social sob o qual se dá a prática pedagógica (Silva, 2014, p. 19 – 20).

Aqui, é preciso tecer a ideia de que elaborar um PPP é a parte inicial, mas não final em relação a aplicação das propostas e medidas nele definidas. Longhi e Bento (2006, p. 5) enfatizam que:

Quando termina a escrita do Projeto Político-Pedagógico, é preciso analisar o que conseguimos fazer e os encaminhamentos que merecem atenção depois do projeto construído. Existirão metas a curto, médio e longo prazos e providências a serem tomadas em relação a elas.

Por isso é importante implementar um sistema contínuo de avaliação e ajustes, que permita adaptações no PPP conforme surgem novas necessidades ou desafios. Isso promove uma abordagem dinâmica e responsiva, assegurando que o projeto não se torne um documento estático, mas sim um guia flexível que evolui com a escola. Envolver a comunidade escolar nesse processo de revisão e adaptação também é essencial, pois fortalece o comprometimento de todos os envolvidos e garante que o PPP esteja sempre alinhado com as realidades e expectativas da instituição.

Santos (2022, p. 2) complementa dizendo que, depois de pronto e rico em contribuição de diversos atores preocupados e comprometidos com a qualidade da educação:

É indispensável que a comunidade escolar utilize o Projeto Político Pedagógico como diretriz norteadora, pois através deste, pode-se definir os conteúdos e as estratégias a serem utilizadas nas aulas, visando, sempre, a formação do aluno, que não pode estar descontextualizada da realidade do mesmo e nem da prática da escola.

Então além de ser um guia para a definição de conteúdo e estratégias pedagógicas, o Projeto Político-Pedagógico deve servir como um instrumento de integração e coerência dentro da escola. Utilizar o PPP como referência permite que todas as ações educacionais sejam coordenadas e alinhadas com os objetivos e valores da instituição, promovendo uma abordagem consistente e coesa no processo de ensino-aprendizagem.

Para que o PPP realmente impacte a prática pedagógica, é vital que a comunidade escolar participe ativamente de sua implementação e monitoramento. A colaboração entre gestores, professores, alunos e pais ajuda a adaptar o projeto às necessidades específicas de cada grupo e a responder de forma eficaz às mudanças no contexto escolar. Além disso, o PPP deve ser revisado regularmente para incorporar novas informações e práticas, garantindo que continue a refletir e atender às necessidades reais da comunidade escolar e do ambiente educacional.

E além de apenas consultar e colocá-lo em prática periodicamente, de acordo com Longhi e Bento (2006, p. 6):

É importante fazer anotações nele para facilitar a sua avaliação e reelaboração, tendo como base novas práticas e anotações do que foi possível e o que foi adaptado [...]. Essas anotações devem ser discutidas e socializadas entre os agentes envolvidos no processo.

Isso é o ideal, pois durante as discussões os presentes poderiam esquecer de tópicos pertinentes a reelaboração do PPP, esquecimentos esses que seriam minimizados com as observações escritas do que está funcionando e o que precisa melhorar.

Pelo exposto, torna-se claro que não há como se elaborar um PPP sem a participação efetiva dos agentes intra e extra-escolares, ou seja, devem agir de forma colaborativa gestores, coordenadores, professores, demais funcionários da escola, alunos, pais de alunos e comunidade, pois cada um destes atores tem sua percepção perante o mundo que os cerca. Ouvindo e dando importância à contribuição de cada parcela tem-se um processo realmente democrático, o que é imprescindível à construção, manutenção e avaliação do PPP.

2.2 O papel do professor na operacionalização do Projeto Político Pedagógico

“É na sala de aula que ocorre o momento crucial da educação escolar, e encontro de duas vidas, ambas buscando crescer e alcançar a plenitude, a comunhão aluno-professor” (Araujo, 2013, p. 23). Logo, “os professores como pessoas diretamente ligadas ao processo de ensino aprendizagem, tem uma grande força dentro de sala para pôr em prática todo um planejamento formado dentro do PPP” (Santos, 2022, p. 2). Isso acontece porque:

Na abordagem humanista, o professor assume a função de orientador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, devendo, portanto propiciar um clima favorável para a aprendizagem, para que esta ocorra através de vivências de experiências significativas que lhe permitam desenvolver características inerentes a sua natureza (Araujo, 2013, p. 24).

Diante do exposto, “a participação do professor é peça chave, como mediador entre aluno, comunidade local e proposta político-pedagógica” (Bernardi, 2006, p. 28). Desse modo, de acordo com Longhi e Bento (2006, p. 3):

Cabe ressaltar a importância de os professores aderirem à elaboração do Projeto Político-Pedagógico e com ele se comprometerem, trazendo para as discussões sua visão de educação e ações possíveis de serem executadas e que possam melhorar a qualidade da educação na escola.

“O projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula” (Brito, 2013, p. 14). Bernardi (2006, p. 26) acrescenta que, “quanto maior o envolvimento dos professores nas questões pertinentes à escola, que geram repercussões na sua prática diária, mais este se sentirá parte fundamental na mudança da escola”.

Ao participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e refletir sobre o porquê e para que fazer, este professor, antes mero executor, sentir-se-ia ator e autor do seu trabalho, até porque, somente o trabalho que nos permita a criação é capaz de realizar-nos como pessoas (Araujo, 2013, p. 22).

De acordo com Brito (2013, p. 9), “a participação do professor no planejamento do trabalho escolar, na pesquisa e na avaliação conjunta, bem como na formação continuada permitirá aos poucos o compartilhamento de tarefas e responsabilidades”. Contudo, “para que todo esse processo resulte em uma prática pedagógica crítica, questionadora e transformadora da realidade atual, é necessário que antes o professor tenha conhecimento sobre o que é um projeto político-pedagógico” (Azevedo; Andrade, 2012, p. 206). Santos (2022, p. 100) comunga com Azevedo e Andrade ao dizer que:

O professor deve entender que possui um papel fundamental no processo educativo, a formação deste profissional, a especialização e a atualização são primordiais para uma efetiva autonomia e participação na elaboração do ensino e sua contribuição de forma ativa no processo do PPP.

O professor desempenha um papel crucial no processo educativo, tanto como facilitador do aprendizado, como um agente ativo na construção e aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Para exercer esse papel de forma eficaz, é essencial que o professor tenha uma compreensão profunda de suas responsabilidades e esteja continuamente investindo em sua formação profissional.

A especialização e a atualização constante são fundamentais para que o professor desenvolva uma autonomia verdadeira e significativa. Isso não só melhora suas habilidades pedagógicas, mas também capacita o professor a contribuir de maneira mais substancial na criação e na revisão do PPP. Quando o professor se mantém atualizado com as novas metodologias, tendências educacionais e avanços na sua área de conhecimento, ele traz uma perspectiva enriquecida para o processo de elaboração do ensino, alinhando-o mais de perto com as necessidades dos alunos e as demandas do ambiente escolar.

Além disso, a participação ativa do professor no PPP não se limita a seguir diretrizes; envolve também oferecer feedback, propor inovações e adaptar estratégias pedagógicas para melhor atender às especificidades da turma. Esse envolvimento direto no processo garante que o PPP seja um reflexo realista e eficaz das práticas educacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e responsivo. Portanto, a formação contínua e a especialização do professor são essenciais não apenas para sua própria evolução profissional, mas também para o sucesso coletivo da instituição escolar.

Bernardi (2006, p. 25) acredita que:

A participação do professor na elaboração e efetivação do PPP da escola [...] possibilita um importante momento de reflexão, estudo, discussão, pesquisa, por meio de temáticas elencadas para embasar todo um estudo referente às práticas pedagógicas e às práticas educacionais desenvolvidas na e pela escola.

Ao participar do desenvolvimento do PPP, o professor se envolve em um exame crítico das práticas pedagógicas e educacionais existentes, identificando áreas de sucesso e oportunidades de melhoria. Esse processo de reflexão e discussão permite que o professor aprofunde seu entendimento sobre as melhores práticas e teorias educacionais, alinhando-as com as necessidades específicas da escola e dos alunos.

A participação no PPP promove um ambiente colaborativo onde as ideias podem ser compartilhadas e debatidas, levando à inovação e ao aprimoramento das práticas educacionais. Isso não só enriquece o trabalho do professor, mas também

fortalece o impacto do PPP na melhoria geral da qualidade educacional. Ao se engajar ativamente nesse processo, o professor não só contribui para um projeto mais robusto e adaptado às necessidades da escola, mas também promove seu próprio desenvolvimento profissional e a eficácia das estratégias pedagógicas implementadas.

O PPP é tido como um “referencial, como guia para a aplicação das ações educacionais dentro de uma instituição de ensino, pois tem como pressuposto a apresentação da proposta pedagógica a ser seguida por todos os que compõem a comunidade escolar” (Amorim, 2024, p. 56). Por isso é importante que “sejam escolhidos teóricos especializados na temática que vejam a avaliação como uma forma de constatação das dificuldades dos alunos para que o professor possa rever seu próprio trabalho, diferenciar as explicações, linguagem adotada” (Dornelles, 2010, p. 15). Com isso, Azevedo e Andrade (2012, p. 217 – 218) acrescentam que:

Tanto os professores quanto a equipe gestora deverão propor estudos teóricos e práticos sobre como operacionalizar o Projeto Pedagógico, tendo em vista que os estudos sobre esse tema têm indicado possíveis encaminhamentos metodológicos de que a escola pode vir a se apropriar, desde que os mesmos se aproximem realmente da realidade escolar.

Longhi e Bento (2006, p. 3) corroboram com esta ideia ao dizer que “os professores são agentes essenciais para elaborarem a redação técnica e buscarem o referencial teórico para fundamentar os ideais e opiniões expostos nas reuniões”.

Entretanto, de acordo com Silva (2014, p. 24):

A discussão para a elaboração do PPP não conta com a presença de todos os professores. O principal motivo é a divisão da carga horária do professor em diversas e diferentes escolas, acompanhado pela rotatividade desses. Essa situação gera a sensação de não pertencimento àquela comunidade. A escola se torna apenas mais um local de trabalho.

Assim, vale ressaltar que “a interação dos profissionais da educação e do professor consciente do seu dever é de suma importância no processo de elaboração e execução do Projeto Político-pedagógico” (Araujo, 2013, p. 29). Amorim (2024, p. 61), a respeito da participação dos professores no PPP, acrescenta que:

A ação pedagógica do corpo docente deve ser de caráter humanista e de integralidade do conhecimento, ou seja, voltada para a construção de

conhecimentos articulados, que visam o desenvolvimento de um ser humano consciente do seu papel social, onde o aluno é o centro do planejamento escolar, como protagonista da sua própria aprendizagem.

Então a ação pedagógica deve ser humanista e integrar o conhecimento de forma a desenvolver alunos conscientes de seu papel social. Isso significa que o planejamento escolar deve colocar o aluno no centro do processo, reconhecendo-o como protagonista de sua aprendizagem. Em vez de simplesmente transmitir conteúdos, os docentes devem promover uma aprendizagem que conecte diferentes áreas do saber e valorize as experiências e interesses dos alunos, preparando-os para uma participação ativa e crítica na sociedade.

Nesse entremeio, Bernardi (2006, p. 13) destaca que:

Os aspectos administrativos e pedagógicos são vistos separadamente, por serem responsabilidades distintas, sendo os primeiros da equipe diretiva, e os segundos dos professores nas suas salas de aula, mantendo na escola um contexto fragmentado, onde cada um, individualmente, interessa-se pelas suas tarefas.

Por isso, para que o trabalho seja realmente colaborativo, cabe ao professor dizer não ao caráter individualista, pois “essas identidades isoladas, resultado de uma construção histórica que precisam ser superadas para que dê lugar à dimensão coletiva, de grupo, afim de que haja a existência do coletivo profissional (Brito, 2013, p. 8 – 9). Todavia, de acordo com Bernardi (2006, p. 26):

Para que o professor tenha real possibilidade de contribuir para o projeto, a própria escola deve ser espaço para o desenvolvimento profissional dos professores. Através de momentos em que estes, de forma democrática, possam estar estudando, discutindo, trocando conhecimentos, enfim, tendo a possibilidade de desenvolver-se profissionalmente, ao mesmo tempo em que contribui incisivamente para a qualificação da escola a qual está inserido.

Nesse sentido, Araujo (2013, p. 28) afirma que há urgência em “desenvolver meios para que os professores descubram, como, para que e por que devem mudar de paradigmas, tornando-se investigadores, cidadãos que também são únicos, buscar soluções, enfrentar as dificuldades”. Concomitantemente:

Para tal, seria necessário um processo lento, gradual, onde os professores fossem envolvidos com o intuito de superar paradigmas individualizantes e

objetificantes, não para reforçar ou justificar ações historicamente instituídas na escola, mas para promover rupturas (Bernardi, 2006, p. 31).

Além disso, “quando o professor se percebe como um indivíduo em contínua aprendizagem, ele muda a relação que tem com o saber. Mas não é só isso: ele precisa voltar a ser aluno para aprender a ensinar por outra perspectiva” (Araujo, 2013, p. 22). Nesse sentido, a formação do professor deve considerar “as reais necessidades, tanto do professor quanto da escola, assim, com atitude reflexiva, frente às problemáticas do contexto em questão, adquirindo uma maior potencialidade de mudanças” (Bernardi, 2006, p. 27).

Deste modo, conforme Dornelles (2010, p. 13), a prática pedagógica do professor deve respeitar:

Os diferentes valores, princípios e opiniões presentes no cotidiano escolar, e, na medida em que tem resultados positivos, sua prática ao ser compartilhada com demais colegas pode ser inserida no PPP para que futuramente outros profissionais também possam ter a oportunidade de trilhar os mesmos caminhos.

Essa diversidade de valores, princípios e opiniões no ambiente escolar pode gerar práticas inovadoras e eficazes. Quando essas práticas bem-sucedidas são compartilhadas e integradas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), elas contribuem para a melhoria contínua da instituição e oferecem um modelo para futuros profissionais. Além de sistematizar essas abordagens, o PPP permite que essas práticas sejam adaptadas e aprimoradas ao longo do tempo. Isso cria um ciclo de aprendizado colaborativo, onde o conhecimento é continuamente ampliado e refinado, beneficiando toda a comunidade escolar e promovendo uma cultura de excelência e inovação educacional.

Araujo (2013, p. 250) acrescenta que “cabe ao professor proporcionar ao aluno momentos de reflexão que conduzam ao aprofundamento da consciência da situação problemática apresentada em vista a sua superação”. Por isso:

É necessário que o professor tenha conhecimento, habilidades específicas e especialmente, consiga desenvolver os saberes da docência para desse modo, melhor compreender o sentido do saber; buscando a estruturação da aprendizagem a partir da estrutura econômica, política e cultural do ambiente ao qual a escola e o educando pertencem (Azevedo; Andrade, 2012, p. 206).

Como observado, para que essas melhorias se efetivem é importante que a formação do professor seja adequada não apenas para que este lide bem com sua disciplina, mas também com os alunos e os problemas que permeiam o ambiente escolar, devendo buscar formas de intervir de forma eficiente e positiva.

Até aqui, pode-se constatar o quão importante é a participação do professor na elaboração do PPP, haja vista que, graças à sua formação, às suas atribuições diárias como docente e o contato maior com o aluno do que um diretor tem, por exemplo, ele passa a ser um agente que pode enriquecer muito o PPP.

3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Ao longo dos anos, muito vem sendo discutido sobre a qualidade da educação no país.

Assim, os PCNs afirmam que:

As demandas atuais exigem que a escola ofereça aos alunos sólida formação cultural e competência técnica, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam a adaptação e a permanência no mercado de trabalho, como também a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que possam exercer sua cidadania ajudando na construção de uma sociedade mais justa, fazendo surgir uma nova

consciência individual e coletiva, que tenha a cooperação, a solidariedade, a tolerância e a igualdade como pilares (Brasil, 1998, p. 138).

Neste contexto, a transição do ensino tradicional para novas tendências pedagógicas reflete um movimento em direção a uma abordagem mais eficaz na formação dos alunos. Essa mudança não se limita a ensinar fórmulas matemáticas ou regras gramaticais, mas busca capacitar os alunos a se tornarem protagonistas de seu próprio projeto de vida. Essa abordagem questiona a eficácia dos métodos tradicionais e enfatiza a importância de preparar os alunos para aprender de maneira autônoma e crítica, permitindo-lhes desenvolver habilidades para enfrentar os desafios futuros com independência e criatividade. A análise crítica das tendências pedagógicas atuais é essencial para entender como elas podem realmente atender às necessidades dos alunos e promover uma educação mais significativa e personalizada.

Ao considerar o PPP como um instrumento de melhoria, o trecho sublinha que a educação deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Os pilares sugeridos—cooperação, solidariedade, tolerância e igualdade—são apresentados como fundamentais para o desenvolvimento de uma nova consciência individual e coletiva. Portanto, o PPP deve integrar práticas que promovam essas qualidades, garantindo que a formação dos alunos os prepare para enfrentar desafios sociais e profissionais com uma perspectiva ética e responsável.

Essa abordagem reforça que a qualidade da educação não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos, mas inclui a formação de cidadãos capazes de contribuir positivamente para a sociedade. Assim, o PPP deve ser visto como um meio para alcançar esses objetivos amplos, refletindo as demandas atuais e preparando os alunos para um futuro em que possam exercer sua cidadania de forma ativa e consciente.

Por conseguinte, os tópicos deste capítulo serão destinados a tratar do desenvolvimento do senso crítico do aluno, bem como seu protagonismo perante o processo de ensino e aprendizagem.

3.1 Desenvolvimento do senso crítico dos alunos

Os PCNs deixam claro que “a função da escola em proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os

alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva” (Brasil, 1998, p. 43).

De acordo com Enes (2015, p. 9):

Apesar de se constituir enquanto exigência normativa, o Projeto Político-Pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar.

Santos e Perin (2013, p. 9) complementam dizendo que:

A elaboração desse documento é fundamental para o bom andamento da escola, pois pode ajudar a equipe pedagógica, professores e comunidade a buscar ações para transformar a realidade existente e provocar mudanças no interior da escola, bem como o modo de agir de todos os envolvidos no processo.

Todavia, apesar de seu caráter participativo e democrático, Nascimento, Nascimento e Lima (2020, p. 127) evidenciam que:

Não é uma tarefa simples envolver toda a comunidade escolar, mas cabe à gestão promover um clima institucional saudável que desperte em todos o compromisso e a corresponsabilidade em melhorar as condições do ambiente escolar, com intuito de formar pessoas com senso crítico e que darão continuidade ao processo de intervenção e de contribuição com o desenvolvimento escolar e social (Nascimento; Nascimento; Lima, 2020, 127).

Ao tratar da educação e cidadania, os PCNs estabelecem que os alunos devem:

Aprender a conhecer, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida (Brasil, 1998, p. 17).

Adiante, os PCNs vão além e estabelecem alguns objetivos para a etapa do Ensino Fundamental, onde dois deles trazem em sua redação a criticidade do aluno. São eles:

- “Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (Brasil, 1998, p. 55).

- “Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (Brasil, 1998, p. 56).

Lopes (2017, p. 11) complementa dizendo que:

Para que os alunos possam aprender de fato, buscando desenvolver um espírito cada vez mais crítico e criativo, não se pode ignorar o mundo no qual esses jovens vivem. E para que essas proposições venham a se efetivar na prática, acredita-se que é essencial começar ouvindo os alunos, conhecendo melhor suas opiniões, anseios e sonhos.

Santos e Perin (2013, p. 5) reforçam essa ideia ao enfatizar que:

Uma aprendizagem significativa resulta de uma educação de qualidade que vem de acordo com as necessidades do aluno e afirmamos também que a educação de qualidade só se faz com a construção do conhecimento, a partir de ações voltadas para o desenvolvimento cultural do aluno (Santos; Perin, 2013, p. 5).

Enes (2015, p. 2) acredita que

É necessário conhecer esta realidade, fazer uma reflexão sobre ela, planejar as ações para a construção da mesma. É imprescindível que, nas ações estejam contempladas as estratégias mais adequadas para atender as necessidades sociais, culturais e individuais dos estudantes.

“Essas ações devem ser desenvolvidas pela escola e alicerçadas na busca pela qualidade do ensino e melhoria dos resultados de aprendizagem, tendo como meta a formação de indivíduos críticos e atuantes no meio social” (Nascimento; Nascimento; Lima, 2020, 124 – 125).

Além disso, os PCNs apoiam a ideia de que:

É preciso analisar os conteúdos referentes a procedimentos não do ponto de vista de uma aprendizagem mecânica, mas a partir do propósito fundamental da educação, que é fazer com que os alunos construam instrumentos para analisar e criticar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação para atingir as metas a que se propõem (Brasil, 1998, p. 76).

Nesse sentido, “é preciso que a escola faça uma organização curricular, um planejamento eficaz e um processo de Avaliação coerente com o conteúdo trabalhado, ou seja, o processo deve ser claro, preciso e adequado à aprendizagem dos alunos” (Santos; Perin, 2013, p. 3).

De tal forma, “não é suficiente apenas o professor ter domínio do conteúdo da sua disciplina, mas é necessário que ele saiba contextualizar estes saberes, situá-los em um momento histórico e entender a realidade dos seus alunos” (Santos; Perin, 2013, p. 6). É por isso que:

É fundamental também que o professor esteja disposto a aprender sempre, não tendo medo de experimentar e errar enquanto aprende, que se coloque no papel de problematizador de conteúdos e atividades, em vez de continuar no papel de transmissor de conhecimentos, e que desenvolva sua capacidade reflexiva, autonomia e postura crítica e cooperativa, para realizar mudanças educacionais significativas e condizentes com as necessidades atuais (Brasil, 1998, p. 155).

De modo geral, o professor engajado engaja também seus alunos. Como mediador, este deve suscitar nos alunos o pensamento crítico para que eles, aos poucos, aprimorem este senso e façam uso dele tanto nas aulas quanto em situações cotidianas com as quais tiverem contato.

Pois ao assumir o papel de problematizador de conteúdos e atividades, o professor pode estimular a reflexão crítica dos alunos, e ao mesmo tempo promover um ambiente de aprendizado mais interativo e participativo. Essa mudança exige que o professor desenvolva habilidades como autonomia, postura crítica e colaboração, permitindo-lhe implementar mudanças educacionais que atendam às necessidades atuais.

Esse enfoque também reflete uma valorização do processo de aprendizagem como um caminho de crescimento mútuo entre professor e aluno. O professor, ao buscar constantemente novas formas de ensinar e ao abraçar a experimentação, contribui para uma educação mais relevante e alinhada com as demandas do mundo contemporâneo. Sendo assim, essa visão ressalta que a melhoria educacional significativa depende não apenas das estratégias e métodos, mas também do compromisso do professor com a inovação e a reflexão contínua sobre sua prática pedagógica.

3.2 O aluno como protagonista do processo de aprendizagem

De acordo com Azeredo e Jung (2023, p. 2), o conceito de protagonismo:

Tem origem das artes cênicas, referindo-se ao personagem principal, aquele mais importante em uma narrativa. Gradualmente, expandiu-se para diversas áreas, destacando uma pessoa como central em várias situações. Na educação, o protagonismo do aluno implica responsabilidade e participação ativa no próprio processo de aprendizagem.

Francesconi (2019, p. 3) evidencia que

A intenção é que a escola proporcione um ambiente, projetos e práticas pedagógicas favoráveis para que a criança e o adolescente desenvolvam cada vez mais sua autonomia. Essa autonomia vale tanto para a administração dos seus próprios estudos, quanto para a sua atuação em sociedade e para a construção do seu projeto de vida .

Como observado:

O novo formato de ensino seria, portanto, o do aprendizado centrado no aluno, e não centrado no professor. Nesse novo modelo, o aprendizado de um novo conhecimento depende da valorização do conhecimento prévio do aluno, além disso, a dinâmica de aula precisa ser flexível e adaptada à realidade de cada turma (Boscov, 2020, p. 80).

Se nessa abordagem o aluno é o protagonista, o papel do professor passa a ser o de:

Facilitador, orientando os alunos na navegação das informações e no desenvolvimento de habilidades. O professor oferece direcionamento, sugere recursos, faz perguntas e fornece feedbacks, mas é o aluno quem lidera sua própria jornada de aprendizado. Para cultivar alunos protagonistas, o professor deve criar um ambiente colaborativo e participativo, estimulando a troca de ideias, questionamentos e reflexões (Azeredo; Jung, 2023, p. 2).

Neste novo papel, o professor guia os alunos na navegação pelas informações e no desenvolvimento de habilidades, oferecendo direcionamento, sugerindo recursos e fazendo perguntas. No entanto, o protagonismo da aprendizagem é transferido para o aluno, que assume a liderança de sua própria jornada educativa.

Essa mudança no papel do professor enfatiza a importância de criar um ambiente de aprendizado que seja colaborativo e participativo. Ao estimular a troca de ideias, questionamentos e reflexões, o professor promove um espaço onde os alunos são incentivados a se engajar ativamente com o conteúdo e a desenvolver uma postura crítica. Esse ambiente favorece a autonomia dos alunos e os encoraja a tomar responsabilidade por seu próprio processo de aprendizado, desenvolvendo habilidades como a autoavaliação e a resolução de problemas de forma independente.

A transformação de função do professor para facilitador reflete uma pedagogia centrada no aluno, onde a aprendizagem é vista como um processo dinâmico e interativo. Essa transformação é crucial para cultivar alunos protagonistas, que podem absorver informações e se envolver ativamente na construção do conhecimento e no desenvolvimento de competências essenciais para o futuro.

Assim, o aluno que antes não era ouvido, que era regido tradicionalmente pela educação bancária, agora ganha voz. E o professor que antes era considerado a figura imponente e inquestionável da sala, agora deixa de ser o protagonista do processo de ensino e aprendizagem para ser aquele que media o processo.

Com isso, de acordo com Santos e Perin (2013, p. 13):

O professor em sua ação pedagógica tem por finalidade criar condições para o desenvolvimento das áreas afetivas, cognitivas, física e social do aluno, bem como, apoiar, orientar e mediar o conhecimento do mesmo, mas para que isso aconteça é necessário que o mesmo tenha conhecimentos teóricos metodológicos para que sua prática seja efetivada, a teoria além de seu poder formativo dota os sujeitos de pontos de vista variados sobre a ação contextualizada.

Com isso, o aluno que antes era tido como um mero recebedor de informações, passa a ter um professor que o ouve, que ajuda, que contextualiza e que se utiliza de variados métodos para que o ensino se concretize.

O papel do professor vai além de simplesmente transmitir conhecimento; ele deve criar condições que promovam o desenvolvimento integral dos alunos, englobando aspectos afetivos, cognitivos, físicos e sociais. Para alcançar esses objetivos, é importante que o professor possua uma sólida formação teórica e metodológica. Esse embasamento teórico irá proporcionar ao educador uma

compreensão mais profunda das abordagens educacionais, e também o capacita-lo a adaptar sua prática às necessidades e contextos específicos dos alunos.

A teoria oferece múltiplas perspectivas sobre como abordar diferentes desafios e situações na sala de aula, permitindo uma prática pedagógica mais reflexiva e ajustada às demandas dos alunos. Além disso, a formação contínua é essencial para que o professor se mantenha atualizado com as novas pesquisas e práticas educacionais, garantindo a eficácia e relevância de sua prática pedagógica. Assim, a integração entre teoria e prática é crucial para o desenvolvimento educacional efetivo.

“Nesse sentido, o papel do professor é transformado de transmissor de informações para facilitador do aprendizado, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos” (Costa Júnior *et al.*, 2023, p. 4). “É importante incentivar cada aluno a tentar soluções, perguntar e interagir, em um processo muito mais ligado às possibilidades abertas pelas interações infantis do que a um roteiro de ensino preparado apenas pelo educador” (Francesconi, 2019, p. 2).

Tradicionalmente, o professor era visto principalmente como um transmissor de informações, cuja função era basicamente repassar conteúdos aos alunos. No entanto, a visão atual propõe uma transformação importante nesse papel. Agora, o professor é visto como um facilitador do aprendizado, cujo objetivo é criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos.

Essa mudança implica em um papel mais ativo e dinâmico para o professor, que deve incentivar os alunos a explorar, experimentar e interagir. Em vez de seguir rigidamente um roteiro de ensino pré-estabelecido, o professor deve promover um ambiente onde as possibilidades de aprendizado emergem das interações e experiências dos próprios alunos. Essa abordagem valoriza a participação ativa dos alunos, permitindo-lhes buscar soluções, fazer perguntas e interagir de maneira mais autônoma e criativa.

Assim, é importante que o professor se empenhe em criar um clima de cooperação entre ele e os alunos. Se o professor se valer do autoritarismo, os alunos ficam com medo até mesmo de mostrar que estão com dúvidas perante algum conteúdo e por isso se calam, armazenando mais e mais dúvidas consigo. Claro, hoje em dia existe a internet com vários recursos educacionais disponíveis,

todavia, há ainda aqueles alunos que preferem tirar suas dúvidas com o professor da sala de aula regular. Nesse sentido:

Partir da pergunta do estudante é mostrar-lhe o quanto suas dúvidas são importantes e merecem atenção especial. Quando começa a se sentir confiante em expor mais perguntas na sala de aula, até então esperando a resposta pronta do professor, esse estudante começará a levantar questionamentos não somente no ambiente escolar (Volkweiss *et al.*, 2019, p. 12).

Um aspecto crucial da prática pedagógica é a valorização das perguntas dos alunos como ponto de partida para o aprendizado. Ao reconhecer e responder às dúvidas dos estudantes, o professor demonstra que suas questões são valiosas e dignas de atenção. Esse reconhecimento é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem onde os alunos se sentem encorajados a explorar suas curiosidades e pensar de forma crítica.

Quando os alunos se sentem confiantes para fazer perguntas e buscar respostas, tanto no contexto da sala de aula, quanto em outros ambientes, eles desenvolvem habilidades de questionamento e investigação que são primordiais para o aprendizado ao longo da vida. Esse processo fortalece sua capacidade de aprender de forma independente e estimula um maior engajamento com o conteúdo e com o próprio processo de aprendizagem. A confiança adquirida ao expor suas dúvidas pode levar a uma atitude mais proativa e inquisitiva, que é benéfica tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a formação pessoal dos alunos.

Ademais, esse tipo de abordagem contribui para um ambiente de sala de aula mais dinâmico, onde o aprendizado se torna uma construção coletiva, e não apenas uma transmissão unidirecional de informações. Essa transformação na forma como os alunos interagem com o conhecimento e com o professor pode ter um impacto positivo duradouro em sua abordagem ao aprendizado e em sua confiança para enfrentar novos desafios.

Muitos alunos acabam achando as aulas chatas devido ao fato de nem mesmo o professor mostrar entusiasmo pela disciplina. Em vez de dialogar, dinamizar, passa extensas e enfadonhas tarefas do livro para apenas recolher vistos ao final da aula, dessa forma, cabe ao professor buscar estímulos em si mesmo para então tentar exteriorizar isso para os alunos.

Volkweiss *et al.* (2019, p. 16), complementa dizendo que para que o protagonismo seja efetivo, “cabe também ao estudante desempenhar seu papel. Por isso, outra dificuldade apontada é a falta de interesse, empenho, esforço, dedicação dos estudantes, além disso, comodismo e procrastinação”.

Ou seja, para que o protagonismo estudantil seja realmente eficaz, é crucial que os alunos se envolvam ativamente e assumam a responsabilidade por seu aprendizado. A falta de interesse e empenho, bem como comportamentos como comodismo e procrastinação, são obstáculos expressivos. Esses desafios podem dificultar o desenvolvimento de uma postura proativa, assim como podem comprometer a eficácia das abordagens pedagógicas que visam estimular a autonomia e o engajamento dos alunos. Portanto, é essencial que haja um esforço conjunto entre educadores e estudantes para superar essas barreiras e promover um ambiente educacional mais envolvente e interativo. Deste modo, percebe-se que o compromisso com o estímulo pelo aprendizado é uma mão de via dupla, pois, se por um lado o professor deve buscar estimular o aluno, o aluno deve estar aberto a estes estímulos.

Azeredo e Jung (2023, p. 15) afirmam que um dos fatores para que os alunos não se sintam estimulados é pela ausência de diversidade na apresentação do conteúdo, o que pode levar a aulas repetitivas e pouco envolventes, resultando em desinteresse e falta de motivação entre os alunos. Isso dificulta o desenvolvimento de uma postura proativa e engajada no processo de aprendizagem. Aqui, cabe introduzir o uso de tecnologias e as metodologias ativas.

“Desde o acesso à Internet até o uso de aplicativos e plataformas de aprendizagem, as tecnologias transformaram a forma como os estudantes aprendem, se comunicam e se engajam em questões sociais” (Azeredo; Jung, 2023, p. 12). “As ferramentas tecnológicas auxiliam em metodologias de aprendizagens que insiram o aluno no processo de ensino-aprendizagem mais ativo e mais autônomo” (Lopes; Ribeiro, 2018, p. 5).

Todavia, os PCNs deixam claro que:

A presença de aparato tecnológico na sala de aula não garante mudanças na forma de ensinar e aprender. A tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores (Brasil, 1998, p. 140).

Além disso, “com a evolução dos processos de comunicação, associado ao avanço das tecnologias digitais, tornou-se cada vez mais necessária a adoção de novas estratégias de ensino e de aprendizagem” (Azeredo; Jung, 2023, p. 11). Vendo toda essa evolução, alguns docentes passaram a adotar “novas formas de ensinar que vão muito além do quadro negro, que instigam o aluno a pensar, raciocinar, decifrar, aprender por si próprios e com isso os motivam para descobrir novos conhecimentos” (Lopes; Ribeiro, 2018, p. 4).

Quanto às metodologias, os PCNs evidenciam que devem ser utilizadas as que favoreçam:

O desenvolvimento da autonomia do sujeito, o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados (Brasil, 1998, p. 44 – 45).

Nesse entremeio, as metodologias ativas ganham espaço notório “como abordagens inovadoras que visam promover uma aprendizagem mais significativa e engajadora. Um dos principais aspectos abordados por essas metodologias é a promoção da autonomia do aluno” (Costa Júnior *et al.*, 2023, p. 1 – 2).

As metodologias ativas são bem variadas, algumas delas podem ser observadas no Quadro 2, todas pautadas no trabalho de Costa Júnior *et al.* (2023).

Quadro 2 – Apresentação das principais metodologias ativas

METODOLOGIA ATIVA	DESCRIÇÃO
Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-Based Learning)	Incentiva a investigação, a análise de informações, a colaboração, o trabalho em equipe e a proposição de soluções e, com isso, estimula a autonomia dos estudantes, desenvolvendo habilidades de resolução de problemas e promovendo por fim, uma aprendizagem contextualizada e significativa.
Aprendizagem Baseada em Projetos (Project-Based Learning).	Se baseia na realização de projetos práticos e desafiadores pelos alunos. Nessa abordagem, os estudantes são incentivados a investigar, planejar, executar e apresentar projetos que abordam problemas ou temas de interesse.
Estudos de Caso (Case studies)	Promovem o pensamento crítico, a aplicação de conceitos e a reflexão, permitindo que os alunos se envolvam em discussões e análises aprofundadas.

Sala de Aula Invertida (Flipped Classroom)	Permite que os alunos tenham um papel mais ativo na aquisição do conhecimento, enquanto a presença do professor é direcionada para apoiar e aprofundar o aprendizado dos alunos.
--	--

Fonte: Costa Júnior *et al.* (2023).

“Muitos professores são contratados por terem conhecimento técnico no assunto que irão dar aulas. Mas poucos são preparados com questões didáticas, de metodologia de ensino e na forma com que as pessoas aprendem” (Boscov, 2020, p. 82). Além disso, “é preciso oportunizar a este estudante um ambiente acolhedor, que o permita se sentir apto e capaz em ser protagonista da sua aprendizagem” (Volkweiss *et al.*, 2019, p. 14).

Dessa forma, para que tudo isso se concretize, as metodologias ativas são uma boa opção perante o “desenvolvimento de habilidades cruciais, como comunicação, resolução de problemas, criatividade e liderança, fundamentais para a vida adulta” (Azeredo; Jung, 2023, p. 2). Sendo bem variadas, há um bom leque de opções a depender dos objetivos de ensino propostos. Além disso:

Ao compreender a importância da autonomia do aluno e como as metodologias ativas podem contribuir para sua promoção, os educadores estarão aptos a adotar abordagens pedagógicas mais eficazes, capazes de estimular o protagonismo estudantil e preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo (Costa Júnior *et al.*, 2023, p. 2).

De modo geral, o protagonismo do aluno é algo que deve ser desenvolvido ainda no início da educação básica e lapidado ao longo dela, para que este aluno possa ter sucesso em sua vida pessoal, educacional e também profissional, agindo de forma crítica, ativa, participativa e autônoma. Assim, a escola deve proporcionar espaço propício a este desenvolvimento, principalmente no âmbito da sala de aula, onde o aluno passa a maior parte de seu tempo escolar.

CONCLUSÃO

Ao longo das discussões apresentadas neste trabalho, evidenciou-se a importância da existência do Projeto Político Pedagógico nas instituições de ensino, bem como a certeza de que sua elaboração não deve ser concebida como meramente formal e burocrática.

O PPP é um documento prático que deve ser utilizado como norteador das práticas educativas no seio escolar, pois este deve ter em sua redação princípios, valores, metodologias, avaliações, recursos materiais e humanos, tudo isso em prol da formação dos alunos para a convivência em sociedade. Além do caráter pedagógico do PPP, devido à grande abrangência de sua estrutura, o PPP ainda versa sobre o perfil administrativo e político da escola, estabelecendo as funções de cada um dentro dela, bem como as formas viáveis de desempenhá-las, tendo em vista a missão formativa da escola.

São diversos os problemas que permeiam a elaboração deste documento, principalmente os problemas que giram em torno da variável tempo: para se reunir, planejar, avaliar, trocar ideias. Além disso, nem sempre é dada a devida importância à sua elaboração e isso faz com que a estrutura do PPP fique mais pobre do que diz respeito às contribuições dos atores (comunidade interna e externa à escola). É preciso conscientizar todos do quanto importante é o PPP para o bom funcionamento da escola, haja vista que ele é fruto de muitas discussões, contextos históricos e marcos legais e perpassa pela camada pedagógica, administrativa, política e operacional da escola.

Notou-se que o PPP deve ser fundamentado essencialmente nas legislações vigentes que norteiam o processo educativo e social, principalmente a LDB/98 e a Constituição Federativa Brasileira (CFB). Além disso, foi evidenciado que o caráter colaborativo, participativo e democrático do PPP não pode ser deixado de lado.

“Uma escola receptiva ao diálogo com o estudante favorece que este se coloque no mundo, opine, sugira, apresente propostas que vislumbre melhoria na sua vida, na escola, na sociedade” (Volkweiss *et al.*, 2019, p. 15). Dessa forma, é estritamente necessário que tanto a comunidade escolar como a extra-escolar participem de sua elaboração, bem como zelem pela sua aplicação e se atentem a possíveis reformulações que se fizerem pertinentes.

Assim, é importante que cada parcela seja ouvida, pois cada indivíduo é único. Mesmo que duas pessoas estejam em um mesmo ambiente, as percepções pessoais acerca dele podem ser distintas. Nesse sentido, cada um pode e deve contribuir com a elaboração do PPP, visando o bem comum e a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

Ademais, como em sua estrutura deve ser evidenciado todo o funcionamento da escola, é importante que seja dada atenção aos recursos e metodologias empregados nas aulas, a fim de oportunizar aos alunos o desenvolvimento de suas capacidades físicas, afetivas, morais, éticas e cognitivas. Nesse sentido, a adequada formação e comprometimento dos professores para com a educação é essencial, principalmente no que diz respeito ao estímulo dos alunos, as tecnologias aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem, além do emprego correto das metodologias ativas.

Nesse sentido, é interessante que o PPP preveja oportunidades em que os professores possam buscar aperfeiçoamento de suas práticas e trocas de experiências significativas, como em reuniões pedagógicas e cursos de formação continuada. Como dentre os atores educacionais o professor é o que convive mais com o aluno, é imprescindível sua participação na operacionalização do PPP.

Por conseguinte, a soma dos esforços de todas essas parcelas (gestores, coordenadores, professores, demais funcionários da escola, alunos, pais e comunidade) rumo à educação de qualidade tem respaldo para formar alunos criativos, críticos, autônomos e protagonista de seu próprio aprendizado, dentro e fora dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Karla Elane De Moraes. Desafios na elaboração do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas de Ensino Médio em tempo integral no Ceará. **Excellence**, Belo Horizonte, v. 25, nº 01. fevereiro de 2024, p. 55-65. 2024. Disponível em: <https://www.excellenceeduc.com/edicao-v-25-n-01-janeiro-2024/>. Acesso em: 30/abr/2024.

ARAÚJO, Josilene Estacio de. **A importância do professor-coordenador na construção do projeto político pedagógico e na prática docente**. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Brasília, 2013, 47 p. Acesso em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/8994>. Acesso em: 05/jun/2024.

AZEREDO, Isabel; JUNG, Hildegard Susana. O protagonismo no processo de aprendizagem: percepções de estudantes. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/1496>. Acesso em: 20/jun/2024.

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de. Projeto político-pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades. **Revista Interações**, [S. l.], v. 8, n. 21, 2012. DOI: 10.25755/int.1531. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/1531>. Acesso em: 26/maio/2024.

BERNARDI, Ana Paula. **O projeto político-pedagógico**: possibilidade de desenvolvimento profissional do professor de Educação Física. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação. Santa Maria, 2006. 56 p. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1132>. Acesso em: 05/jun/2024.

BOSCOV, Camila. O IMPACTO DO ENSINO CENTRADO NO ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO. **RAGC**, v.8, n.36, p.79-93/2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2155>. Acesso em: 20/jun/2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 20/abr/2024.

BRITO, Aline Francisca Sousa. **O projeto político pedagógico e o papel do professor-coordenador**. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, 2013. 59 p. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/8121>. Acesso em: 30/maio/2024.

CAVALCANTE, Jadiel Rodrigues.; SANTOS, Josimiel Pererira dos Santos; BRAZ, Maria Luiza; NOLASCO, Rutyelly Nunes. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE EM TRÊS ESCOLAS PARCEIRAS DO PIBID EM ARAPIRACA-AL. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 9, n. 1, p. 1049 – 1056, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifal.edu.br/educte/article/view/1641>. Acesso em: 20/abr/2024.

COSTA JÚNIOR, João Fernando; SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; HUBER, Norberto; SANTOS, Kelly Taveira dos; SANTOS, Márcia Maria de Oliveira; OLIVEIRA, Izomar da Silva; ZOCOLOTTO, Aline; BARROS, Maria José de. METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM E A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO. **Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais – RECHSO**. V. 07, N.13, Jan./Jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/index>. Acesso em: 20/jun/2024.

DORNELLES, C.B.; FERREIRA, I.C. **Projeto Político Pedagógico**: um desafio a ser alcançado. Seed/Fafipa. Paraná, 2010. 29 p. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/?r=31121>. Acesso em: 05/maio/2024.

ENES, Cristina Ferreira. **Projeto político pedagógico**: uma nova perspectiva na escola dom henrique ruth (2014-2015). Anais II CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/16828>>. Acesso em: 19/jun/2024.

FERNANDES, Verônica Soares. **A construção do projeto político-pedagógico escolar**: uma proposta dialógica. Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte – CONGESP. 16ª edição, Rio Grande do Norte, 24 a 27 de outubro de 2023. Disponível em: <https://congesp.rn.gov.br/publicacoes-atuais.html>. Acesso em: 08/maio/2024.

FRANCESCONI, Laércio. **O PROTAGONISMO COMO ELEMENTO NORTEADOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**. Salão do Conhecimento, [S. l.], v. 5, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12683>. Acesso em: 20/jun/2024.

GONÇALVES, Valdirene Polassi; FERNANDES, Tânia; SILVA, Vanilda Aparecida da; OLIVEIRA, Angélica Florentino de; MOURA, Maria Aparecida da Silva; SILVA, Elaine Alves da. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000093, 12/12/2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/organizacao-do-projeto-politico-e-pedagogico>. Acesso em: 29/abr/2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006 ISSN 1807-2836. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/singlefile.php?cid=89&lid=5088. Acesso em: 26/maio/2024.

LOPES, Livia Mara Menezes; RIBEIRO, Viviane Salvador. **O ESTUDANTE COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM EM AMBIENTES INOVADORES DE ENSINO**. CIET: EnPED, São Carlos, maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/286>. Acesso em: 20/jun/2024.

LOPES, Rita de Cássia Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. **Dia a dia e educação**, v. 9, p. 1534-8, 2017. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>. Acesso em: 16/jun/2024.

LOREDO, Mariza Silveira. **DESAFIOS NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15 p. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/49886>. Acesso em: 29/abr/2024.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIMENTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucena. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52963. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52963>. Acesso em: 19/jun/2024.

POKER, R. B.; TENDOLINI, E. A. Implementação da educação inclusiva: análise do projeto político pedagógico das escolas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 5, n. 3, p. 342–354, 2011. DOI: 10.21723/riaee.v5i3.3709. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3709>. Acesso em: 03/maio/2024.

SANTOS, Adeíses Lima dos. **Desafios para a reformulação de um projeto político pedagógico: análise em uma escola da rede municipal de São Luís – MA**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://186.227.201.58/artigo/visualizar/59826>. Acesso em: Acesso em: 03/maio/2024.

SANTOS, Hebison Almeida dos. Projeto Político Pedagógico: Uma análise da participação da comunidade escolar na sua construção. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 8, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31468. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i8.31468>. Acesso em: 20/abr/2024.

SANTOS, Maria Lucia dos. PERIN, Conceição Solange Bution. **A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO PARA O BOM DESEMPENHO DO PROFESSOR EM SALA DE AULA**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616>. Acesso em: 16/jun/2024.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O PENSAR EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE**. Para uma Pedagogia de mudanças, 2007. Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sandra_cristina_schram.pdf. Acesso em: 19/jun/2024.

SILVA, Celma Maria Pereira da. **A participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico escolar do Centro Educacional 416 de Santa Maria**. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/9080?mode=full>. Acesso em: 20/abr/2024.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.109. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109>. Acesso em: 06/maio/2024.

VOLKWEISS, Anelise; LIMA, Vanessa Mendes de; FERRARO, José Luís Schifino; RAMOS, Maurivan Güntzel. Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan.-jun. 2019: e29112. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/3486>. Acesso em: 20/jun/2024.